



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
ADJUNTA E DA JUSTIÇA

INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DA JUSTIÇA
Cerimónia de assinatura do protocolo entre a DGRSP e o ACM
Lisboa, 19 de julho de 2018

O XXI Governo Constitucional inscreveu no seu programa o objetivo de prosseguir a construção de uma sociedade mais igual, que promova e integre a diversidade e a não discriminação como fatores de competitividade, inovação e desenvolvimento.

E assumiu como política pública atrair imigrantes para o nosso país de modo a inverter o decréscimo da taxa de natalidade e também por essa via contribuir para a travagem do fenómeno do envelhecimento da população, para combater o despovoamento do interior do nosso país e para fortalecermos a nossa capacidade produtiva.

Fomos e continuamos a ser um país de acolhimento, que trata e quer continuar a tratar aqueles que escolhem Portugal para viver e criar os seus filhos, como mais um de nós.

A posição que Portugal tem assumido no palco internacional em matéria de migrações é bem demonstrativa desta nossa postura de abertura e interculturalidade.

E a nomeação do Dr. António Vitorino para Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações constitui, para além de um sentido motivo de orgulho nacional, um fator de elevada esperança na prevalência do diálogo



intercultural e na construção de respostas para o problema das migrações que respeitem a dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis.

No que se refere à população prisional, o sistema prisional português regista um número não desprezível de reclusos estrangeiros prevalecendo os originários de Cabo Verde, a que se seguem os Brasileiros, Angolanos, Romenos, Guineenses e Espanhóis, que exige dos profissionais da DGRSP uma adequada preparação para estar à altura do acompanhamento que lhes é devido.

É um facto que as nossas prisões e também os nossos centros educativos integram cidadãos e jovens de várias nacionalidades, que carecem da nossa especial ajuda para se capacitarem para uma vida fora de muros ou para enfrentarem a vida adulta sem adições ou comportamentos desviantes, tudo tão mais difícil pela razão evidente de estarem num país que não é o seu de origem.

E se essa tarefa que já é inegavelmente difícil será tão ou mais desafiante e exigente ante a alteração que os perfis das migrações têm vindo a registar em consequência da instabilidade e do estado de guerra que se vive em muitos países.

Por outro lado, assistimos a uma lamentável emergência de doutrinas nacionalistas que têm culminado num conjunto de proclamações de desprezo



pelos direitos humanos absolutamente insuportáveis e que não devia deixar ninguém tranquilo e reconfortado no seu sofá.

Acresce que nos encontramos inseridos num mundo e numa sociedade globalizada, interligada, no qual tudo o que de bom e de mau acontece, ainda que no ponto mais remoto do Universo, nos entra pela casa dentro, sem licença nem aviso prévio.

Por isso, por melhores que sejam as nossas leis contra a discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade e território de origem, e Portugal tem boas leis, por muito acolhedores que sejamos, não podemos ignorar que vivemos tempos difíceis, pelo que a par, das boas leis que temos, exige-se todo um trabalho de consciencialização, de educação da sociedade e de preparação dos profissionais que têm a missão de ajudar à inserção social dos reclusos estrangeiros e dos jovens estrangeiros internados em centros educativos, para que os que os objetivos da lei sejam cumpridos, e o sejam, não apenas por mera imposição externa, mas por imperativo de consciência de cada um.

Todos nós, seres humanos, queremos essencialmente as mesmas coisas desta vida: segurança e bem-estar? Sem dúvida. Laços sociais, amorosos e conviviais, que nos preencham? Evidentemente. Respeito e reconhecimento pelo nosso esforço e talento? Claro! Uma vida permeada por uma noção de propósito, de sentido espiritual, ou pelo menos liberta de uma sensação de



vazio ou fracasso? Certamente. Os meios necessários para vivermos dignamente e criarmos e educar os filhos, preparando-os para o futuro? Obviamente.

Naquilo que nos identifica como humanos, não existe diferença alguma entre a minha pessoa, entre cada um de vós e os milhões de migrantes que se viram forçados a abandonar os seus países de origem.

Todos nós, seres humanos, estamos unidos por um destino singular - este de estarmos, como indivíduos e como espécie, condenados à liberdade e à responsabilidade que lhe é inerente.

Mas como todos sabemos, umas das reações mais vulgares relativamente a culturas diferentes é a de considerar como errado ou mau tudo aquilo que não casa com os nossos padrões culturais.

Daí que formar os nossos profissionais para interiorizarem uma cultura de abertura ao Outro, é um imperativo ético, e é aquilo que hoje nos reúne nesta sala.

Por isso, a importância deste protocolo é significativa. Através dele damos passos firmes para assegurar a formação dos profissionais da DGRSP, reforçando as suas competências nas temáticas da diversidade e diálogo intercultural, assim como no combate à discriminação, no que tange às comunidades migrantes e grupos étnicos.



A missão destes homens e mulheres que na DGRSP têm a responsabilidade de educar para a vida em sociedade, exige que os mesmos tenham a plena consciência que o objetivo supremo da reinserção social é criar em cada indivíduo uma consciência individual que esteja em consonância com a consciência coletiva da sociedade, no respeito pela pessoa de cada um.

Sabemos que o racismo, a xenofobia não são *naturais* ao ser humano. Nós não nascemos a odiar ou a desconfiar do Outro - isso é-nos inculcado.

A nossa tendência natural é justamente a inversa: a curiosidade perante o mundo e o Outro e a sociabilidade.

Sempre que o Homem cultivou a curiosidade e o encontro com o próximo, as sociedades avançaram.

Sempre que o Homem se deixou consumir pela desconfiança, as sociedades fecharam-se sobre si mesmas e estagnaram.

O preconceito não é algo que resida na nossa natureza, ou, para usar uma linguagem informática, não vem inscrito de origem nas nossas pré-definições; pelo contrário, trata-se de um agente externo, arrisco mesmo dizer: um vírus.

A partir do momento em que, em lugar de julgar o carácter individual de alguém tão-só enquanto representativo de si mesmo, partimos, consciente ou inconscientemente, para generalizações acerca de todo um grupo racial,



étnico ou de qualquer outra natureza, podemos ter a certeza de que o vírus já está instalado.

Felizmente, este vírus tem cura. O tratamento consiste em levar cada um a, intimamente, fazer o caminho inverso àquele que o conduziu ao preconceito. Voltar a encarar cada indivíduo como representativo apenas de si mesmo e não como mero reflexo das supostas características de um conjunto de pessoas.

E, para isso, a educação cívica é importante, mas nada substitui a experiência.

Difícilmente uma pessoa exposta a um ambiente multicultural, diversificado, consegue manter preconceitos racistas ou xenófobos, pois cada ideia generalizadora é facilmente contrariada por exemplos contrários de pessoas que diariamente interagem com cada um no seu círculo social. Quando o Outro ganha um nome próprio, um rosto, uma personalidade, isso marca o início do fim do preconceito.

Neste sentido, a promoção da inclusão, da diversidade - e o combate à discriminação, como aquele que é assumido pelo protocolo que hoje celebramos tem um valor preventivo e terapêutico contra a discriminação.

Com esta luta, todos ganhamos.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
ADJUNTA E DA JUSTIÇA

Seremos tão mais fortes quanto mais iguais.

Por isso, queria terminar saudando, uma vez mais, todos os presentes pelo interesse demonstrado com a vossa presença nesta cerimónia.

Obrigada